

Os corpos no rio Guandu: considerações sobre a formação de um imaginário social no terceiro quartel do século XX

 /tempoeargumento

 @tempoeargumento

 @tempoeargumento

 **Mariana Dias Antonio**

Universidade Federal do Paraná.

Curitiba, PR – BRASIL

lattes.cnpq.br/3014949770055190

mariana.diasant@gmail.com

 orcid.org/0000-0002-4596-2399

 **Rosane Kaminski**

Universidade Federal do Paraná.

Curitiba, PR – BRASIL

lattes.cnpq.br/0588374677778245

rosane.kaminski@gmail.com

 orcid.org/0000-0002-8123-3716

Para citar este artigo:

ANTONIO, Mariana Dias; KAMINSKI, Rosane. Os corpos no rio Guandu: considerações sobre a formação de um imaginário social no terceiro quartel do século XX. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 15, n. 40, e0202, dez. 2023.

 <http://dx.doi.org/10.5965/2175180315402023e0202>

Recebido: 21/03/2022

Aprovado: 16/05/2023

Os corpos no rio Guandu: considerações sobre a formação de um imaginário social no terceiro quartel do século XX

Resumo

O presente artigo situa e problematiza o imaginário social que vincula o rio Guandu, na Baixada Fluminense, às práticas de extermínio. Diversos veículos da imprensa carioca reafirmam o uso comum desse rio como ponto de desova de cadáveres, permitindo a construção e a perenização de um imaginário social expresso em diversos bens culturais brasileiros, como a poesia, a crônica policial, o cinema, as artes plásticas e a música. Buscando uma compreensão sobre a formação histórica desse imaginário, foi realizado um levantamento de edições de três jornais cariocas no terceiro quartel do século XX junto à Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, compilando a produção de conteúdo com referências diretas a cadáveres no rio Guandu. A sistematização das informações mapeadas evidenciou três regiões de interesse, entre os anos de 1961 e 1964, que mereceram melhor atenção quanto à eventual formação de um imaginário social associando o Guandu às práticas de extermínio: o caso do “Assalto ao trem pagador”, a “Operação mata-mendigos” e caso dos “Vigilantes da Morte”.

Palavras-chave: Rio Guandu; extermínio; imaginário social; imprensa; cultura brasileira.

The corpses in the Guandu River: considerations on the formation of a social imaginary in the third quarter of the 20th century

Abstract

This article situates and problematizes the social imaginary that links the Guandu River, in the Baixada Fluminense, to extermination practices. Several press vehicles from Rio de Janeiro reaffirm the common use of this river as a disposal point for human corpses, allowing the construction and perenization of a social imaginary expressed in several Brazilian cultural goods, such as poetry, police chronicles, cinema, plastic arts and music. Aiming to comprehend the historical formation of this imaginary, a survey of editions from three Rio de Janeiro's newspapers from the third quarter of the 20th century was carried out at the Digital Newspaper Library of the Brazilian National Library, compiling the content published with direct references to corpses in the Guandu river. The systematization of the compiled data revealed three regions of interest, between 1961 and 1964, which deserved better attention regarding the possible formation of a social imaginary associating Guandu with killing practices: the case of the “Assault on the paying train”, the “Operation killer of beggars” and the “Vigilantes of Death” case.

Keywords: Guandu river; extermination; social imaginary; press; Brazilian culture.

E se reverenciássemos hoje os mortos do Guandu, que descem a correnteza, a caminho do mar – o mar que eles não alcançam, pois encalham na areia das margens, e urubus os devoram?

[...] o Guandu não responde a inquéritos nem a repórteres. Não distingue, carrega. Não comenta, não julga, não reclama se lhe corrompem as águas: transborda. Em sua impessoalidade serve a designios vários, favorece a vida que quer se desembaraçar da morte, facilita a morte que quer se libertar da vida. Pela justiça sumária, pelo absurdo, pelo desespero.

Mas não é ao Guandu que cabe dedicar uma elegia, é aos mortos do Guandu, nos quais ninguém pensa no dia de pensar os e nos mortos. Os criminosos, os não criminosos, os que se destruíram, os que resvalaram. Os mortos sem sepultura e sem lembrança. Os trágicos e apagados deslizantes na correnteza. Passageiros do Guandu, apenas e afinal (Andrade, 1974, p. 5).

Lá vão eles, os mortos do rio Guandu. Todo dia passam, de manhã, de tarde, e de noite. Quando se aproximam de uma das margens, e se deitam para dormir nas folhas podres e nos galhos, são logo futucados pelos caniços manejados pelo povo ribeirinho. O povo ribeirinho não quer complicações com a polícia; é melhor que os mortos continuem balouçando na direção do mar, como garrafas já desprovidas de mensagens.

[...] para ser um verdadeiro cadáver do rio Guandu são necessárias algumas condições, fáceis de preencher.

A primeira delas é não ter nome. No rio Guandu só se aceitam (com raríssimas exceções) cadáveres desconhecidos.

E conveniente estar com o corpo recheado de balas de diferentes calibres.

Pés e mãos amarrados – evidentemente.

[...] os mortos do rio Guandu nada dizem enquanto viajam. De qualquer modo, ninguém os interroga. Os vivos simpatizam, mas só de longe, com esse funeral constantemente renovado.

Boa viagem, mortos do rio Guandu! (Oliveira, 1969, p. 2).

Os dois excertos acima trazem os olhares de Carlos Drummond de Andrade e de José Carlos de Oliveira sobre o rio Guandu e os cadáveres ali encontrados, enfatizando também o desinteresse social e institucional quanto às identidades daqueles indivíduos. Registros anteriores em diversos veículos da imprensa carioca reafirmam o uso comum desse rio como ponto de desova de cadáveres, permitindo a construção e a perenização de um imaginário social expresso em diversos bens culturais.

O mesmo imaginário também se evidencia no samba de Lourival Ramos (Souza, 1980)¹ e Zé Kéti (1986)², e na crônica policial carioca (Barbosa, 1971; Ribeiro;

¹ SOUZA, Percival de. *A maior violência do mundo (Baixada Fluminense, Rio de Janeiro, Brasil)*. São Paulo: Traço Editora, 1980.

² KÉTI, Zé. Manchete de jornais. *O Pasquim*, Rio de Janeiro, p. 10, 08-14 maio 1986. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/124745/29932>. Acesso em: 29 ago. 2021.

Pinheiro Júnior, 1969; Ribeiro, 1983; 1986), usualmente aludindo ao *Esquadrão da Morte* e de maneira lacônica quanto às vítimas e seus perpetradores. As referências mais específicas tratam da “Operação mata-mendigos”, um conjunto de chacinas nos rios Guandu e da Guarda entre 1962 e 1963 (Barbosa; Monteiro, 1980; Louzeiro, 1965). Mas, apesar de certas lacunas, encontramos um variado repertório de categorias para os corpos avistados nas águas do Guandu: “canoa de urubu” quando flutuavam completamente; “garrafinha” quando flutuavam parcialmente em pé; e “pião” se rodavam na correnteza, geralmente atados a troncos de madeira (Barbosa, 1971; Andrade, 1974).

As referências culturais aos cadáveres são variadas e transcendem uma simples instrumentalização combativa desses signos como oposição ao regime militar brasileiro (1964-1985)³. Não podemos negar tal uso, mas é necessário evidenciar um imaginário social mais amplo e que ainda não recebeu o devido destaque em pesquisas acadêmicas. Valemo-nos aqui do conceito explorado por Bronislaw Baczko (1985), para quem o imaginário social – ou imaginação social – consiste em um conjunto de representações coletivas que podem ser expressas por ideologias, utopias, símbolos, alegorias, rituais ou mitos. O historiador atenta para as ambiguidades do termo, que devem ser levadas em conta para que a exposição conceitual não seja vaga:

O imaginário social é cada vez menos considerado como uma espécie de ornamento de uma vida material considerada como a única “real”. Em contrapartida, as ciências humanas tendem cada vez mais a considerar que os sistemas de imaginários sociais só são “irreais” quando, precisamente, colocados entre aspas. É banal, por exemplo, verificar que os percursos imaginados pelos agentes sociais para si próprios e para os seus adversários só raramente se cumprem. *A posteriori*, os próprios agentes ficam muitas vezes surpreendidos com os resultados das suas ações. Este desfasamento nada tira, porém, as funções reais desses percursos imaginários (Baczko, 1985, p. 298).

Tais imaginários sociais intervêm ativamente na memória coletiva, de modo que os acontecimentos factuais são menos considerados do que as representações a que dão origem e que os enquadram, ou seja, formas

³ Ver: ALVES, Fábio Cesar. “Em cinza enxovalhada”: Drummond e a ditadura militar. *Estudos Avançados*, [s. l.], v. 33, n. 97, p. 303-316. 2019. Disponível em: <http://www.periodicos.usp.br/eav/article/view/164958/158086>. Acesso em: 25 out. 2021.

compartilhadas de atribuição de sentido que derivam do próprio imaginário e que, conseqüentemente, regulam e definem a vida cotidiana. Assim, os imaginários sociais operam de maneira mais pujante na produção de perspectivas e visões futuras, sobretudo na produção de angústias, esperanças e sonhos coletivos sobre o futuro (Baczko, 1985).

Voltando nossa atenção para esse imaginário social que coloca em perspectiva e representa o Guandu como uma espécie de cemitério, rio da morte ou local de uso comum de criminosos, sejam eles os agentes de lançamento de cadáveres ou os próprios cadáveres, algumas questões emergem. Por que utilizar rios para a ocultação de cadáveres? Por que especificamente o rio Guandu? Por que os jornais da época davam tanto destaque aos cadáveres do Guandu? Visando responder tais questionamentos por uma via interdisciplinar, recorreremos à literatura sobre violência urbana, ao jornalismo carioca, a algumas produções artísticas e também à literatura forense, sem perder de vista a perspectiva histórica.

Por que um rio? As condições materiais das práticas e do imaginário

A necessidade primeira da ocultação de cadáveres é autoevidente e pode ser encontrada no bordão “sem prova, não há crime”. Visando fugir de um eventual apenamento, o homicida incorre num segundo crime, tipificado no artigo 211 do Código Penal brasileiro, arriscando-se a ampliar sua pena. Todavia, o ocultamento de cadáveres especificamente em rios não é tão autoevidente e talvez se baseie mais no senso comum do que numa técnica cuidadosa e elaborada por parte dos homicidas, ou seja, também um imaginário social. Algumas suposições iniciais seriam: dificuldade de aferir a *causa mortis* (por afogamento ou outro motivo; decorrente de suicídio, acidente ou homicídio), deslocamento físico do cadáver ao longo do curso do rio, submersão durável ou permanente e desfiguração.

Devemos distinguir a submersão como *causa mortis* e a submersão como técnica de ocultamento. Entre os manuais de medicina forense da década de 1970, Oswaldo Pataro (1976) e Hélio Gomes (1978) definem o afogamento como asfixia mecânica decorrente de matéria líquida ou semilíquida nas vias

respiratórias, que deixam marcas internas e externas no cadáver, além de outras aferíveis por exames laboratoriais. Entre as marcas externas do afogamento, estariam: a coloração rosada das hipóstases (livores cadavéricos); resfriamento do cadáver; rigidez cadavérica precoce; pele anserina (contração dos músculos piloerectores); maceração epidérmica, principalmente nas mãos e nos pés; face pálida ou azulada a depender da forma de afogamento; cogumelos de espuma nos lábios e narinas; e presença de corpos estranhos e característicos do meio onde ocorreu o afogamento.

Entre as marcas internas estariam: presença de líquido nas cavidades pleurais e vias digestivas; equimoses pleurais; presença de corpos estranhos no aparelho respiratório (com destaque para algas diatomáceas); pulmões aumentados; congestão visceral interna; e hidremia (diluição do sangue). Notamos assim que já havia formas de aferição da *causa mortis* por afogamento na década de 1970, quando tal imaginário popular acerca dos mortos do Guandu se refletia ostensivamente no jornalismo carioca. Todavia, os livros não são tão claros em distinguir causas homicidas ou suicidas, uma vez que ambas costumavam apresentar conjunção de meios. Ademais, era comum que alguns suicidas simulassem homicídio (Gomes, 1978), e podemos supor também a via inversa. Entretanto, apesar de os manuais consultados não abordarem casos pontuais, as lesões decorrentes dos meios conjugados poderiam distinguir lesões auto ou heteroinfligidas⁴.

Quanto à decomposição, o enfisema putrefativo característico do estágio gasoso pode fazer com que o corpo venha à tona mesmo quando amarrado a outros objetos na expectativa de uma submersão permanente (Gomes, 1978; Gunn, 2009). A sucessão entre imersão e emersão amplia a exposição a organismos decompositores, que incluem peixes, crustáceos, insetos e urubus, sendo frequentes os últimos no imaginário popular (Andrade, 1974; Barbosa, 1971; Gomes, 1978; Gunn 2009; Pataro, 1976). Também contribuem para a desfiguração do cadáver os choques mecânicos causados pelas correntes e projeção do corpo contra rochas ou margens, sobretudo pelo fácil destacamento da pele,

⁴ Terminologias utilizadas em saúde pública e ciência forense. Aludem, respectivamente, a lesões causadas pelo próprio indivíduo e lesões causadas por terceiros.

consequência do processo de decomposição na água. A aferição de tempo de permanência na água também era um dificultador conforme os manuais da década de 1970. “Entre nós, no verão, ao atingir o terceiro dia, a putrefação já vai avançada, a pele destaca-se em grandes extensões e o enfisema putrefativo dá ao cadáver o aspecto gigantesco” (Gomes, 1978, p. 585).

Como nota-se, a dificuldade em distinguir homicídio e suicídio era sustentada nos manuais forenses, mas dificilmente um suicida conseguiria crivar seu corpo com diversas balas de variados calibres (Barbosa; Monteiro, 1980; Oliveira, 1969). A difícil aferição do tempo, comum aos ambientes frios devido à desaceleração da decomposição, tendia a sinalizar mortes recentes no caso brasileiro. A desfiguração e o transporte do corpo pelas águas do rio talvez fossem os maiores aliados dos criminosos na tentativa de eliminar as provas contra si.

Todavia, cumpre-nos lembrar de um fenômeno pontual que não se deve confundir com o ocultamento de cadáveres, sendo diametralmente oposto: sua exibição ostensiva. Essa hipótese é particularmente forte no caso do assim chamado *Esquadrão da Morte*, também vinculado a diversos corpos no Guandu, uma vez que era comum o cuidadoso preparo dos cadáveres e cenários como veículos específicos de comunicação para os jornalistas e para a sociedade como um todo (Antonio, 2019). Dessa forma, não devemos descartar o uso do rio Guandu como uma espécie de procissão grotesca de cadáveres propositalmente preparados para serem vistos. Seja com o intuito de ocultar ou exhibir, os aspectos meramente materiais aqui apresentados não nos respondem uma segunda pergunta: Por que o Guandu?

Por que o Guandu? Geografia física e geografia social da violência

A bacia hidrográfica do Rio Guandu é formada pelos rios Guandu, da Guarda e Guandu-Mirim, está situada a oeste da bacia da Baía de Guanabara, contribuinte à Baía de Sepetiba, no Estado do Rio de Janeiro, e ocupa uma área de 3.600 km², abrangendo 15 municípios: Seropédica, Itaguaí, Paracambi, Japeri, Queimados, Miguel Pereira, Vassouras, Piraí, Rio Claro, Engenheiro Paulo de Frontin, Nova Iguaçu, Rio de Janeiro, Mendes, Mangaratiba e Barra do Piraí, onde vivem aproximadamente de [sic] 1 milhão de habitantes (Bruno, 2012, p. 11).

Como nota-se, o rio Guandu atravessa diversas cidades da Baixada Fluminense, comumente associada à violência. Em meados do século XX, a região passava por diversas transformações econômicas e sociais, sobretudo pela expansão da região metropolitana do Rio de Janeiro e seu consequente crescimento demográfico. Com o fim definitivo do ciclo econômico da laranja, em 1940, cresceram os loteamentos clandestinos e a ocupação desordenada de terras, acirrando as disputas entre grileiros, posseiros e colonos. Adicionalmente, as terras da região foram valorizadas com a construção de rodovias e ferrovias (Alves, 2020). Evidencia-se, entre as décadas de 1930 e 1960, um aumento significativo de loteamentos na região, acompanhando o salto populacional.

A população da Baixada, como um todo, havia saído dos 140.500 habitantes, em 1940, para os 360.800, em 1950. Um salto maior ainda seria dado entre 1950 e 1960. Neste último ano chegava-se aos 891.300 habitantes, num crescimento de quase 150% na década. Para abrigar esta massa urbana, as fronteiras iam se estendendo até chegar aos limites atuais por volta de 1940. Daí em diante houve mais um adensamento [demográfico] do que um avanço desta onda urbanizadora (Alves, 2020, p. 16).

As disputas por terras marcam o início das associações entre a Baixada Fluminense, violência e ausência de um poder legal no imaginário social, gestando assim as narrativas públicas sobre a suposta região mais violenta do mundo. A presença da região no noticiário carioca se adensa na década de 1960, predominando discursos negativos com um denominador comum: a violência. O acirramento das lutas no campo, o “coronelismo urbano” e a maior presença de Tenório Cavalcanti marcam a história da região e sua projeção nacional nas páginas de jornal (Enne, 2004).

Natalício Tenório Cavalcanti de Albuquerque nasceu em 1906, em Palmeira dos Índios, Alagoas, e pertencia à influente família dos Cavalcanti de Albuquerque. Chegou ao Rio de Janeiro em 1926 e iniciou sua rede de contatos na região, que determinaria seu futuro político na Baixada por intermédio de seu tio e padrinho, o deputado Natalício Camborim de Vasconcelos. Ao longo de sua trajetória política, foi vereador em Duque de Caxias entre 1936-1937 pela União Progressista Fluminense (UPF) e deputado estadual e federal ao longo das décadas de 1950 e 1960 pela União Democrática Nacional (UDN).

Tenório ficou conhecido como o “Homem da Capa Preta”, por usar uma capa preta sobre o terno e portar uma submetralhadora alemã MP40, apelidada como “Lurdinha”. O político foi investigado por mais de 20 crimes violentos, incluindo assassinatos. Figura emblemática, assimilou e construiu uma imagem política associada aos códigos da violência, sobretudo pela inseparável “Lurdinha”, o mito de ter “corpo fechado” e sua fusão de populismo e coronelismo. Tenório fundou seu próprio jornal em 1954, *Luta Democrática*, ampliando assim sua influência política e explorando os crimes como elemento de penetração nas camadas populares através do sensacionalismo (Alves, 2020; Enne, 2004).

Outro episódio que contribuiu para o imaginário da violência foi o chamado “quebra-quebra”, iniciado em 5 de julho de 1962. Uma revolta popular contra os elevados preços de gêneros alimentícios que teria atingido cerca de dois mil estabelecimentos comerciais, gerando um prejuízo de um bilhão de cruzeiros, além de deixar 42 mortos e 700 feridos. O acontecimento foi manchete por semanas nos jornais, associando a região à violência e à ausência de segurança, ignorando-se um contexto maior de revoltas populares que se estenderam por todo o estado do Rio de Janeiro. Esse episódio teria marcado o surgimento de milícias pagas pelos comerciantes para garantirem a segurança de seus estabelecimentos, iniciando-se assim a ação de grupos de extermínio na Baixada Fluminense, que se reforça com a atuação policial no contexto do regime militar (Alves, 2020; Enne, 2004).

A imagem da região se consolida como problemática com a nomeação de um interventor federal em Nova Iguaçu, em 1966, e quando a cidade de Duque de Caxias foi declarada Área de Segurança Nacional pelo regime militar, em 1968 (Alves, 2020; Enne, 2004). O período coincide com o processo de desterritorialização dos grupos de extermínio denominados genericamente como *Esquadrão da Morte* (Antonio, 2019; Mello Neto, 2014), que se operou de maneira geográfica e institucional, havendo maior concentração e atuação de tais grupos na Baixada Fluminense e na cidade do Rio de Janeiro, mas também estando presente em outros estados da federação.

A partir da década de 1970, a Baixada Fluminense já estava intrinsecamente relacionada à violência, e o noticiário já não distinguia as ações de grupos de

extermínio e outras formas de violência urbana, instaurando um imaginário social de violência generalizada na região (Enne, 2004). A impunidade alimentava o crescimento da violência e era alimentada por problemas infraestruturais e operacionais das forças de policiamento e investigação, que além de terem seus integrantes entre os executores dos crimes, também careciam de fichas datiloscópicas, laudos necroscópicos e exames de balística, destinando assim os inquéritos ao arquivamento e coroando a região com altíssimas taxas de homicídios sem autoria conhecida (Alves, 2020; Souza, 1980).

A impossibilidade de rastrear a autoria dos crimes do *Esquadrão da Morte* é apontada por David Maciel de Mello (2014) neto como um processo de *fantasmagorização*, que pode ter decorrido de diversas dinâmicas que incluem até mesmo forjar a cena do crime. Conforme Percival de Souza (1980, p. 36), “[...] houve uma época em que bastava amordaçar ou amarrar os braços das vítimas com cordinhas de nylon para a autoria da morte ser imediatamente imputada ao Esquadrão”. Outros jornalistas atuantes na época também mencionam práticas semelhantes (Barbosa, 1971; Ribeiro; Pinheiro Júnior, 1969).

Apesar de nosso foco sobre o Guandu, é importante destacar que outros rios da Baixada Fluminense ou da cidade do Rio de Janeiro também se apresentam na imprensa carioca como locais de avistamento de cadáveres. No campo artístico, as obras – *B44 Bólido-caixa nº 21 – caixa poema 3*, de 1966, e a bandeira poema *Seja marginal seja herói*, de 1968, ambas de Hélio Oiticica, reproduzem uma fotografia de Alcir Figueira da Silva, suposto bandido suicida encontrado em 1966 às margens do rio Faria-Timbó (Kaminski, 2020). Também no filme *O bandido da luz vermelha* (1968), de Rogério Sganzerla, o protagonista se suicida às margens do rio Tietê, em São Paulo, quando acuado pela polícia⁵. Essa vinculação entre rios e cadáveres também persiste na atualidade, conforme trabalho recente:

⁵ Interessante mencionar que, desde os anos 1960, vários artistas brasileiros expressaram suas reações às práticas de extermínio e à violência policial por meio de obras. Além dos exemplos já mencionados, merecem destaque a crônica de Clarice Lispector, publicada em 1962, sobre o assassinato e desova do bandido “Mineirinho”; o livro *Os prisioneiros*, publicado por Rubem Fonseca em 1963, sobre o brutalismo em relação às pessoas marginalizadas; e o *BB-33, Bólido-caixa nº 18*, de 1966, no qual Hélio Oiticica homenageia “Cara de Cavalão”, assassinado pela polícia. Ver: SCHOLLHAMMER, Karl Erik. *Cena do crime: violência e realismo no Brasil Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. p. 44-55.

Em 2010, ao entrevistar ribeirinhos urbanos de cidades como Caxias e São João do Meriti, ouvi de suas famílias o relato de que os rios servem para levar pessoas fulminadas pela violência do crime organizado. A violência a rondar as casas instaladas próximas aos cursos d'água no espaço urbano, atraída pela ausência de direitos nesses territórios, é uma realidade (Gomes, 2016, p. 91-92).

Entretanto, comparativamente, outros rios não recebem tantas referências no recorte temporal escolhido quanto o Guandu. Dominique Kalifa, apesar de tratar da topografia criminal e do imaginário social em Paris no século XIX, traz uma importante constatação, assinalando que “[a]ssim como os meios, as circunstâncias ou os autores do crime, os ‘lugares’ desempenham um papel essencial na construção das realidades criminais. Ruas, praças ou becos: muitas vezes é na topografia urbana que se cristaliza o medo ou a obsessão do crime” (Kalifa, 2014, p. 288). Kalifa (2014), com base na obra *Ferragus*, de Honoré de Balzac, sinaliza que existem as ruas “assassinas”, onde a identidade dos lugares e não lugares do crime apresenta um caráter decisivo na sensação de insegurança. Nesse aspecto, a saliência midiática pode ter auxiliado na construção de um imaginário específico, o que nos leva ao questionamento: Por que noticiar?

Por que noticiar? O fluxo do sensacional e a sedimentação do imaginário

De modo geral, a violência e a criminalidade da Baixada Fluminense expressas nos jornais viriam acompanhadas de uma modalidade de escrita que pode ser apresentada como jornalismo de sensações. A recusa ao termo sensacionalismo deve-se às cargas pejorativas que ele carrega no senso comum, como sinônimo de imprecisão e distorção de informações. “É como se de um lado estivesse o mau gosto (exatamente o gosto popular) e de outro, o bom gosto, daqueles que possuem capital simbólico suficiente para tornar até mesmo os gostos hegemônicos” (Barbosa; Enne, 2005, p. 67). Márcia Franz Amaral aponta que o conceito de sensacionalismo é amplo, leva a equívocos teóricos, e que não existe uma “fórmula pronta” para esse tipo de jornalismo:

O sensacionalismo tem servido para caracterizar inúmeras estratégias da mídia em geral, como a superposição do interesse público; a exploração do sofrimento humano; a simplificação; a deformação; a banalização da violência, da sexualidade e do

consumo; a ridicularização das pessoas humildes; o mau gosto; a ocultação de fatos públicos relevantes; a fragmentação e descontextualização do fato; o denunciamento; os prejuízos e a invasão de privacidade de [sic] tanto de pessoas pobres e como de celebridades, entre tantas outras (Amaral, 2006, p. 21).

Para a autora, categorizar um jornal como “sensacionalista” é afirmar, de maneira imprecisa, que ele se dedica a provocar sensações. O jornalismo de sensações seria possível graças a um fluxo do sensacional, que interpela o popular a partir de uma narrativa que mescla a ficção e uma realidade presumida, repetindo-se conforme as inflexões do tempo e do lugar de construção. “As tragédias cotidianas descrevem conteúdos imemoriais, que aparecem e reaparecem periodicamente sob a forma de notícias. Mudam os personagens, não as situações” (Barbosa; Enne, 2005, p. 72). No caso do Guandu, os personagens seriam os cadáveres anônimos e a situação seria sua descoberta nas águas do rio.

Essa estrutura genérica é usualmente acompanhada de apelidos que reforçam a vinculação do acontecimento com uma pretensa constante no imaginário social, como: “cemitério de bandidos” (Guandu [...], 1962a; Corpo [...], 1965; Guandu [...], 1966), “rio dos mortos” (Crimes [...], 1970), “rio da vida e da morte” (O tesouro [...], 1965; O Guandu [...], 1973; Guandu [...], 1962b), “rio maldito” (O tesouro [...], 1965; Corpo [...], 1963), “sumidouro de vidas humanas” (Sumidouros [...], 1966) e “cemitério da polícia” (Decretada [...], 1963; Doze [...], 1963). O efeito também incorpora menções genéricas a “mais um...”, “outros...” ou “novos...” cadáveres, mantendo o aspecto iterativo que alimenta o fluxo. A produção jornalística cria um cenário de contraste entre a regularidade dos conteúdos noticiados e a ruptura com uma ordem ou normalidade social presumida.

Adriano Barbosa (1971) aponta que o rio Guandu é uma espécie de lenda na paisagem da Baixada Fluminense, sendo o primeiro “depósito de cadáveres” do *Esquadrão da Morte*⁶. Sua descrição aponta para algumas possibilidades quanto à escolha deste rio como ponto de desova, como a água barrenta e sua extensão,

⁶ Ainda sobre o surgimento do banditismo e da violência na região, o autor aponta, em momento anterior, que “[o] Guandu passou a ser o rio dos mortos sem nome, cujas ossadas vão se empilhar nas areias de Marambaia. Os caminhos ermos viraram depósitos de cadáveres marcados pelo sadismo das execuções sumárias” (BARBOSA, 1971, p. 98).

passando por diversas cidades da Baixada Fluminense. As vítimas usualmente apresentavam várias perfurações de bala e sinais de espancamento, sendo raras as execuções no local, visto que o movimento de veículos nas estradas que margeavam o rio era constante. O jornalista aponta o desinteresse das autoridades quanto às aparições de cadáveres, acobertando diversos crimes e garantindo a impunidade dos algozes. “Quando os corpos apareciam distante, já em decomposição, descarnados pelos peixes, irreconhecíveis, eram dados como de banhistas ou pescadores afogados” (Barbosa, 1971, p. 105).

Outra prática comum nas delegacias de cidades que margeavam o rio era o chamado “jogo do bambu”, que consistia em empurrar o corpo para outra jurisdição visando se eximir do registro. A aparição de cadáveres na superfície fez com que o método dos perpetradores também se alterasse, passando a amarrar marcos de quilometragem das estradas aos corpos para mantê-los imersos e assim facilitar o ocultamento (Barbosa, 1971). É importante lembrarmos que tal prática é ineficaz para manter o corpo submerso, uma vez que o acúmulo de gases durante a decomposição usualmente faz o corpo emergir mesmo que amarrado a objetos pesados.

O interesse despertado no público pelos crimes pode ter colaborado para a difusão de notícias sobre o Rio Guandu como ponto de desova de cadáveres, de modo que a cumplicidade assumida pelo leitor frente ao conteúdo publicado resulta na reapropriação iterada de conteúdos semelhantes pelos veículos de imprensa, que se baseiam em critérios de audiência e vendagem. Todavia, não podemos nos esquecer de certo papel social da imprensa. Diante do anonimato dos cadáveres, indeterminação da *causa mortis* e das práticas escusas das delegacias visando eximir-se das responsabilidades de registro e investigação, é possível que o noticiário tenha sido instrumentalizado para pressionar as autoridades, facilitar o reconhecimento das vítimas e promover a investigação dos homicídios. A descrição minuciosa da vítima e cena do crime é evidente no noticiário do *Ultima Hora* sobre o *Esquadrão da Morte* entre 1968 e 1969 (Antonio, 2019), e outros assuntos esgotados pelos jornais da época podem ter contribuído para coroar a reputação do rio Guandu sem referências diretas à Baixada Fluminense.

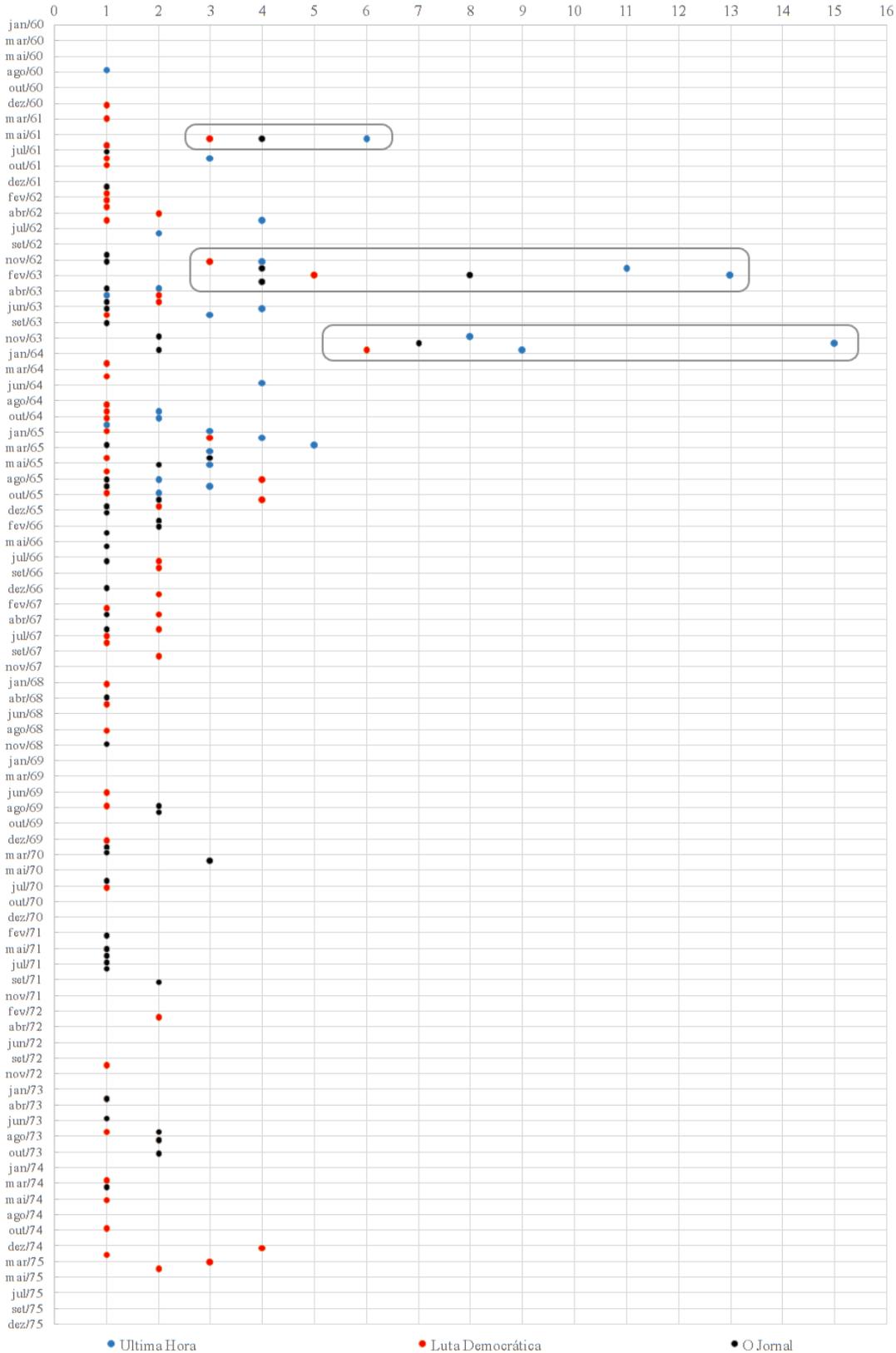
Visando analisar alguns desses assuntos no terceiro quartel do século XX, procedemos com um levantamento de edições de três jornais cariocas junto à Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, compilando a produção de conteúdo com referências diretas a cadáveres no rio Guandu. Escolhemos os diários *Ultima Hora* (jan/1960 a dez/1965; 132 ocorrências), *O Jornal* (jan/1960 a abr/1974; 89 ocorrências) e *Luta Democrática* (jan/1960 a dez/1975; 102 ocorrências) devido ao jornalismo de sensações tão presente em suas páginas policiais.

Nossa busca se deu apenas pela palavra “Guandu” e leitura do material, uma vez que outras palavras concatenáveis através de operadores booleanos poderiam levar ao ocultamento de diversos conteúdos, seja pelo uso de sinônimos ou elipses durante a escrita da matéria. Foram considerados conteúdos sobre cadáveres com *causa mortis* desconhecida ou decorrente de homicídio; ou suspeita de homicídio; ou ameaças, tentativas ou referências de homicídio; apenas envolvendo o rio e suas margens, mas não seus arredores (bairros, ruas). Foram igualmente considerados conteúdos sobre a expectativa de se encontrar corpos de vítimas de homicídio no rio e suas margens, mas não em seus arredores.

Também consideramos conteúdos noticiosos sobre desdobramentos diretos de homicídios com menções expressas ao rio. Descartamos casos de afogamentos acidentais, acidentes automobilísticos ou de trabalho, desastres naturais e ocorrências envolvendo outros rios sem menção ao Guandu⁷, assim como textos abertamente ficcionais ou puramente opinativos. A frequência mensal de conteúdos sobre cadáveres no rio Guandu pode ser consultada na Figura 1, com destaque para três regiões de interesse (em realce cinza) que merecem melhor atenção quanto à eventual formação de um imaginário social que associa o Guandu às práticas de extermínio.

⁷ Atentamos que os jornais apresentam menções a cadáveres em outros rios da região no recorte temporal escolhido (1960-1975), mas esses rios são menos mencionados na cultura popular, na crônica policial e na produção noticiosa. Em nível de ilustração, enquanto o jornal *Luta Democrática* traz 102 ocorrências para os cadáveres no rio Guandu, o mesmo periódico traz apenas 5 ocorrências para o rio Suruí, 24 ocorrências para o rio Macacu, 49 ocorrências para o rio da Guarda, e 2 ocorrências para o rio Faria-Timbó. Há diversas menções a cadáveres no rio Faria-Timbó decorrentes de acidentes automobilísticos com transporte coletivo, mas não de homicídios. E embora as ocorrências sobre o rio da Guarda pareçam significativas, um número considerável dessa amostra trata da “Operação mata-mendigos”, mencionando conjuntamente o rio Guandu.

Figura 1 - Frequência de conteúdo sobre cadáveres no Rio Guandu (1960-1975)⁸



⁸ Atentamos que, devido à amplitude da amostra, alguns meses não são exibidos no índice da coluna (lateral esquerda), como é o caso da primeira região de interesse, que se refere ao mês de junho de 1961.

A primeira região de interesse, em junho de 1961, diz respeito a desdobramentos do episódio popularmente conhecido como “Assalto ao trem pagador”. O assalto foi planejado e executado pela quadrilha de Sebastião de Souza (“Tião Medonho”) a um trem carregado com 27 milhões e 600 mil cruzeiros em junho de 1960 (Gomes, 2010). As investigações, julgamentos e notícias sobre o caso se estenderam por mais de uma década, mas o assunto surge vinculado ao Guandu a partir da confissão de um dos envolvidos sobre a morte de outro membro da quadrilha, Nilo Magno de Melo (“Nilo Peru”).

Nilo fora assassinado no ano anterior por seus comparsas, amarrado a uma barra de ferro, enrolado numa lona e atirado ao Guandu (Nilo [...], 1961; Assassinado [...], 1961). As diligências em busca do corpo abundam na pauta jornalística em junho de 1961, chegando-se à sua suposta ossada no mês seguinte e revelando outros cadáveres e ossadas nas águas do rio (Amante [...], 1961; Trem-pagador [...], 1961). Em 1962, o caso foi levado às telas, no filme *O assalto ao trem pagador*, dirigido por Roberto Farias e elaborado a partir do discurso jornalístico (Gomes, 2010).

A segunda região de interesse, com maiores desdobramentos entre dezembro de 1962 e março de 1963, diz respeito ao episódio popularmente conhecido como “Operação mata-mendigos”. Como brevemente apresentado em nossa introdução, o caso consistiu num conjunto de chacinas de pessoas em situação de rua por policiais do Serviço de Repressão à Mendicância (SRM) do estado da Guanabara durante a gestão de Carlos Lacerda (1960-1965). Os perpetradores confessaram um conjunto de seis chacinas, majoritariamente no rio Guandu, onde atiravam suas vítimas como uma espécie de “solução final” para o problema da mendicância.

A condição específica de Lacerda como desafeto político e alvo preferencial do jornal *Ultima Hora* fez com que conteúdos jornalísticos e opinativos do periódico excedessem 500 menções ao caso em menos de dez anos, apesar de nem sempre acompanhadas da palavra “Guandu”. As denúncias sobre o caso surgem em janeiro de 1963, através do depoimento da sobrevivente Olindina Alves Japiassu; seguem-se inquéritos administrativos, criminal e parlamentar, sempre com ampla repercussão midiática; e o julgamento dos implicados retorna às

páginas dos jornais entre fins da década de 1960 e o início da década de 1970 (Antonio, 2021).

Embora as primeiras denúncias do caso tenham surgido em janeiro de 1963, o avolumamento de conteúdos sobre cadáveres no rio Guandu em dezembro de 1962 era usualmente creditado a um “Pelotão de Extermínio” na Invernada de Olaria, uma Subseção de Vigilância situada na rua Parapanema, bairro de Olaria. Outros trabalhos notam o agenciamento político e jornalístico dos crimes da Invernada de Olaria junto à “Operação mata-mendigos” como comprovações de um aparato policial autoritário em pleno regime democrático e como denúncia à gestão estadual de Carlos Lacerda (Antonio, 2021; Mello Neto, 2014; Oliveira, 2016), o que culminou em um amplo agregado de referências jornalísticas ao Guandu como local de homicídios, lançamento de cadáveres e ameaças contra detentos.

Para além da imprensa, o episódio inspirou diversos bens culturais, sempre com referências ao rio Guandu. Ainda no decurso das investigações e julgamentos do caso, em 1963, o escritor Jamil Almansur Haddad escreve *Romance do Rio da Guarda ou O Governador e os Mendigos*. Em 1965, o artista plástico Paulo Pedro Leal pinta *A matança dos mendigos no rio Guandú* (óleo sobre HDF, 73,92cm), e no mesmo ano, o dramaturgo chileno Jorge Díaz escreve *Topografía de un desnudo. Esquema para una indagación inútil. Obra en dos actos de caridad*. A peça foi encenada em palcos brasileiros em setembro de 1985 sob a direção de Teresa Aguiar. Mais tarde, a diretora transforma o espetáculo em longa-metragem, filmado em 2006 e lançado em 2009. Além de referências diretas ao Guandu, o longa-metragem *Topografía de um desnudo* (Teresa Aguiar, 2009) também reproduz fotografias e recortes do jornal *Ultima Hora* sobre o caso (Antonio, 2021).

A terceira região de interesse, com maiores desdobramentos entre novembro de 1963 e janeiro de 1964, diz respeito ao assim chamado caso dos “Vigilantes da Morte”. Tais crimes ganham dimensão pública em fins de dezembro de 1963, através das denúncias de Vilma Maria da Conceição Gomes, sobrevivente de uma chacina perpetrada por guardas da Delegacia de Vigilância e Capturas. Vilma foi espancada e alvejada a tiros, fingiu-se de morta e conseguiu escapar para denunciar as violências sofridas. O corpo de seu parceiro foi atirado ao

Guandu após a execução. É interessante notar que o *Ultima Hora* trata o caso dos “Vigilantes da Morte” como uma reedição da “Operação mata-mendigos”, criando certa intertextualidade entre os dois assuntos (Comprovadas [...], 1963; Mulher [...], 1963).

Ademais, assim como ocorrera com Olindina, as denúncias de Vilma são agenciadas conjuntamente a conteúdos similares, precedidas por uma abundante massa noticiosa documentando cadáveres no rio Guandu desde o mês anterior. Ambos os casos apresentam práticas já difusas de ocultamento de cadáveres no local, que capturam a atenção da imprensa para a denúncia de casos específicos em que os perpetradores são identificáveis como autoridades policiais.

Entre as três regiões de interesse examinadas nota-se o crescimento da frequência de conteúdo produzido que, a partir de então, sofre uma drástica queda, mas se torna mais ou menos inercial. Os casos posteriores são pontuais e usualmente não capturam a atenção jornalística por vários dias seguidos como os três episódios apresentados. Algumas ocorrências são reminiscentes de casos anteriores, mas colaboram para manter a vinculação entre o Guandu e os cadáveres perante os leitores.

Como nota-se, a emoção provocada pelo noticiário policial, a função social da imprensa e sua instrumentalização política somam-se num amplo processo que culminou em certo imaginário social. Esse imaginário aparentemente se constrói na primeira metade da década de 1960, desvinculado do Regime Militar e através de episódios polêmicos e emblemáticos; se torna inercial nas páginas policiais do terceiro quartel do século XX com notável regularidade (conforme apresentado na Figura 1); e adentra a produção de outros bens culturais, se fazendo presente na música, nas artes plásticas, na literatura e no cinema.

Considerações finais

O presente artigo buscou problematizar certo imaginário social que vincula o rio Guandu a práticas de extermínio, evidenciando questões ainda negligenciadas pelo meio acadêmico. Optamos por uma abordagem interdisciplinar por entendermos que condições materiais, geográficas e

socioculturais podem ter colaborado mutuamente na construção desse imaginário. Diante do objeto e método de questionamento escolhidos, articulamos o levantamento bibliográfico e de fontes visando responder a três questões distintas e complementares.

Por que atirar cadáveres em um rio? Algumas respostas podem parecer óbvias, mas igualmente enganosas, sendo interessante nos atentarmos a respostas menos intuitivas. Por um lado, pode haver a expectativa de ocultação de cadáver visando um “crime perfeito”, sem provas. No recorte temporal escolhido, a ocultação de cadáver já era penalmente tipificada, fazendo com que os criminosos se arriscassem a ampliar a pena na busca de evitá-la. Observamos que, já na década de 1970, os manuais forenses traziam formas de distinguir a morte por afogamento em rios e o despejo de vítimas já executadas nesses locais.

Todavia, a suposta expectativa de ocultamento perene ou permanente se frustra frente à própria dinâmica da decomposição dos corpos, capaz de fazê-los emergir mesmo quando se adotam meios visando à submersão. O maior aliado dos criminosos na busca de crimes perfeitos definitivamente não era uma elaborada técnica de ocultação, mas sim as precárias condições de investigação e práticas escusas de delegacias, garantindo que diversos corpos permanecessem anônimos e casos fossem arquivados por motivos diversos. Por outro lado, talvez a ocultação fosse menos valorada que a exibição ostensiva de cadáveres cuidadosamente preparados para serem vistos, exercendo funções que podem compreender a demarcação de territórios por grupos específicos ou até mesmo ameaças a terceiros.

Por que atirar cadáveres especificamente no Guandu? A localização e extensão do rio, perpassando a cidade do Rio de Janeiro e outras cidades da Baixada Fluminense, pode ter contribuído muito para o processo. Em sendo local privilegiado de crimes midiáticos (e traçamos aqui uma distinção necessária entre a frequência real de crimes e a frequência percebida de crimes), é natural que o rio ganhasse destaque no imaginário social como *locus* privilegiado de avistamento de cadáveres, ainda que possa não ser o *locus* privilegiado de lançamentos propriamente ditos.

A paulatina construção de um imaginário social que vincula a região à violência cria um fluxo de retroalimentação: a percepção da violência surge de referentes reais, mas engendra novos referentes a partir de si mesma e das formas de reação adotadas pelos agentes sociais para se proteger da violência percebida. Nesse contexto, notamos até mesmo a construção de identidades políticas e jornalísticas que instrumentalizavam os códigos da violência visando agregar capital simbólico, e o sucesso obtido através desses meios demonstra a pregnância e a força desse imaginário.

Por que noticiar os cadáveres no Guandu? É difícil definir qual questão deve vir primeiro, se esta ou a anterior. O papel dos discursos e imagens circulantes, sobretudo através da imprensa, mas também dos bens culturais que produziram uma visibilidade crítica às práticas de extermínio, cristaliza o imaginário da violência associado à região. Esse discurso, no entanto, necessita tanto de referentes reais (evitando o risco de descrédito) quanto de uma audiência cativa que se interesse pelo conteúdo publicado (evitando a perda de público e influência). Nesse aspecto, o fluxo do sensacional era capaz de mesclar ficção e realidade presumida, gerando ciclos de repetição para tragédias mais ou menos similares e cuja taxa de sucesso editorial já era conhecida pelos veículos de imprensa populares.

A partir de uma análise empírica de edições de *Luta Democrática*, *O Jornal* e *Ultima Hora* durante o terceiro quartel do século XX, pudemos ainda compreender quais histórias contribuíram para essa percepção de sucesso editorial. Adquirem notável destaque, em termos quantitativos, os casos do “Assalto ao trem pagador”, em meados de 1961; a “Operação mata-mendigos”, entre 1962 e 1963; e o caso dos “Vigilantes da Morte”, entre 1963 e 1964. A partir de então, nenhum caso apresenta tanta repercussão, mas o fluxo de notícias se torna mais ou menos inercial. Aparentemente, os idos de 1961 a 1964 apresentaram ao jornalismo popular o quão vendáveis eram as notícias sobre corpos no Guandu, mas, infelizmente, também podem ter mostrado a diversos criminosos e grupos de extermínio o que fazer com suas próximas vítimas.

Referências

ALVES, José Cláudio Souza. **Dos Barões ao extermínio**: uma história da violência na Baixada Fluminense. 2. ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2020.

AMANTE de “Nilo Peru” diz que ficou na miséria. **Luta Democrática**, Rio de Janeiro, p. 5, 07 jul. 1961. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/030678/19715>. Acesso em: 29 ago. 2021.

AMARAL, Márcia Franz. **Jornalismo popular**. São Paulo: Contexto, 2006.

ANTONIO, Mariana Dias. **Disparos na cena do crime**: o Esquadrão da Morte sob as lentes do *Ultima Hora* carioca (1968-1969). São Paulo: Intermeios, 2019.

ANDRADE, Carlos Drummond de. Elegia do Guandu. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 5, 02 nov. 1974. [Caderno B]. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/030015_09/113288. Acesso em: 29 ago. 2021.

ANTONIO, Mariana Dias. **A “operação mata-mendigos” na Guanabara**: representações e apropriações no jornal *Ultima Hora*, no Poder Legislativo, no Poder Judiciário, no teatro e no cinema. 2021. 547 p. Tese (Doutorado em História) – Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2021.

ASSASSINADO “o 7º homem” do trem-pagador porque esbanjou milhões. **Ultima Hora**, Rio de Janeiro, p. 9, 24 jun. 1961. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/386030/69724>. Acesso em: 29 ago. 2021.

BACZKO, Bronislaw. A imaginação social. *In*: LEACH, Edmund *et al.* **Anthropos-homem**. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1985. v. 2. p. 298-332.

BARBOSA, Adriano. **Esquadrão da morte**: um mal necessário? São Paulo: Mandarino, 1971.

BARBOSA, Adriano; MONTEIRO, José. **Do Esquadrão ao Mão Branca**. Rio de Janeiro: Jaguaribe Gráfica e Editora, 1980.

BARBOSA, Marialva; ENNE, Ana Lúcia. O jornalismo popular, a construção narrativa e o fluxo do sensacional. **ECO-PÓS**, [s. l.], v. 8, n. 2, p. 67-87, ago./dez. 2005. Disponível em: https://revistaecopos.eco.ufrj.br/eco_pos/article/view/1109. Acesso em: 25 fev. 2022.

BRUNO, Antônio Adolfo Garboccci. Apresentação. *In*: TUBBS FILHO, Décio; ANTUNES, Julio Cesar Oliveira; VETTORAZZI, Janaina Silva (org.). **Bacia hidrográfica dos Rios Guandu, da Guarda e Guandu-Mirim**: experiências para a gestão dos recursos hídricos. Rio de Janeiro: INEA, 2012. p. 11-15.

COMPROVADAS as novas denúncias de UH: policiais reeditam chacina no Guandu. **Ultima Hora**, Rio de Janeiro, p. 8, 24 dez. 1963. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/386030/91987>. Acesso em: 29 ago. 2021.

CORPO de menino crivado de balas no rio maldito, **Ultima Hora**, Rio de Janeiro, p. 8, 03 dez. 1963. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/386030/91605>. Acesso em: 29 ago. 2021.

CORPO sem cabeça boiava no Guandu deixando pescadores aterrorizados. **O Jornal**, Rio de Janeiro, p. 19, 21 nov. 1965. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/110523_06/48124. Acesso em: 29 ago. 2021.

CRIMES insolúveis no misterioso Rio dos Mortos. **O Jornal**, Rio de Janeiro, p. 1, 20 fev. 1970. [2º Caderno]. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/110523_06/81960. Acesso em: 29 ago. 2021.

DECRETADA a prisão preventiva dos 4 assassinos dos mendigos em Itaguaí. **O Jornal**, Rio de Janeiro, p. 9, 29 jan. 1963. [2º Caderno]. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/110523_06/27752. Acesso em: 29 ago. 2021.

DOZE despojos humanos recolhidos no cemitério da polícia carioca! **Ultima Hora**, Rio de Janeiro, p. 12, 09 jan. 1963. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/386030/86226>. Acesso em: 29 ago. 2021.

ENNE, Ana Lúcia. Imprensa e Baixada Fluminense: múltiplas representações. **C-Legenda**, [s. l.], n. 14, 2004. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/ciberlegenda/article/view/36726/21303>. Acesso em: 25 out. 2021.

GOMES, Hélio. **Medicina legal**. 19. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1978.

GOMES, Márcia Valéria Alves. **Do fato à notícia e ao filme**: o assalto ao trem pagador. 2010. 144 p. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, Bauru, 2010.

GOMES, Rogério Santos Daflon. **Ribeirinhos urbanos**: uma vida à margem do direito à moradia. 2016. 107p. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

GUANDU transformado em cemitério de bandidos. **Luta Democrática**, Rio de Janeiro, p. 1, 26 jan. 1962a. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/030678/21159>. Acesso em: 29 ago. 2021.

GUANDU - “Rio da Morte”: Encontrado 10.º Cadáver. **Ultima Hora**, Rio de Janeiro, p. 1, 06 jun. 1962b. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/386030/82821>. Acesso em: 29 ago. 2021.

GUANDU, cemitério de bandidos: delegado diz que está cansado de levar culpa e prenderá matadores. **O Jornal**, Rio de Janeiro, p. 7, 04 jun. 1966. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/110523_06/124871. Acesso em: 29 ago. 2021.

GUNN, Alan. **Essential forensic biology**. 2. ed. West Sussex: Wiley-Blackwell, 2009.

KALIFA, Dominique. Os lugares do crime: topografia criminal e imaginário social em Paris no século XIX. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 28, p. 287-307. 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/2237-101X015028012>. Acesso em: 09 fev. 2022.

KAMINSKI, Rosane. Arte e imprensa: cenas da violência no Brasil. *In*: KAMINSKI, Rosane; HONESKO, Vinícius; SEREZA, Luiz Carlos (org.). **Artes & violências**. São Paulo: Intermeios, 2020. p. 53-84.

LOUZEIRO, José. **Assim marcha a família**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1965.

MELLO NETO, David Maciel. **“Esquadrão da Morte”**: genealogia de uma categoria da violência urbana no Rio de Janeiro (1957 – 1987). 2014. 175 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

MULHER de outra vítima confirma: depois dos mendigos a polícia continuou com a chacina. **Ultima Hora**, Rio de Janeiro, p. 8, 27 dez. 1963. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/386030/92017>. Acesso em: 29 ago. 2021.

NILO Peru... **Luta Democrática**, Rio de Janeiro, ed. 2264, p. 2, 23 jun. 1961. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/030678/19608>. Acesso em: 29 ago. 2021.

O GUANDU, rio da vida e da morte. **O Jornal**, Rio de Janeiro, p. 1, 23 ago. 1973. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/110523_06/114330. Acesso em: 29 ago. 2021.

O TESOURO do rio maldito. **Luta Democrática**, Rio de Janeiro, p. 8, 15-16 ago. 1965. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/030678/30955>. Acesso em: 29 ago. 2021.

OLIVEIRA, Frederico Cícero Pereira de. **Uma História do “Esquadrão da Morte”**: Mitos, Símbolos, Índícios e Violência no Rio de Janeiro (1957- 1969). 2016. 173 p. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2016.

OLIVEIRA, José Carlos de. Os mortos do rio Guandu. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 2, 29 mar. 1969. [Caderno B]. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/131479. Acesso em: 29 ago. 2021.

PATARO, Oswaldo. **Medicina legal e prática forense**. São Paulo: Saraiva, 1976.

RIBEIRO, Amado; PINHEIRO JÚNIOR, José Alves. **Esquadrão da Morte**. Brasília: Editora de Brasília, 1969.

RIBEIRO, Octávio. **Barra pesada**. São Paulo: Círculo do Livro, 1983.

RIBEIRO, Octávio. **Algemas de carne**. São Paulo: Círculo do Livro, 1986.

SOUZA, Percival de. **A maior violência do mundo** (Baixada Fluminense, Rio de Janeiro, Brasil). São Paulo: Traço Editora, 1980.

SUMIDOUROS de vidas humanas continuam a vomitar cadáveres. **Luta Democrática**, Rio de Janeiro, p. 2, 30 ago. 1966. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/030678/33952>. Acesso em: 29 ago. 2021.

TREM-PAGADOR: polícia exausta interrompe caça ao “Nortista”. **Ultima Hora**, Rio de Janeiro, p. 2, 1 jul. 1961. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/386030/69817>. Acesso em: 29 ago. 2021.